## PL 3339/2012

Projeto de Lei

Situação: Apensado ao PL 1715/1999

## Identificação da Proposição

AutorApresentaçãoMarco Tebaldi - PSDB/SC06/03/2012

#### **Ementa**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Federal, Estadual e Municipal comprar, direta ou indiretamente, por meio de qualquer modalidade de licitação, somente madeira de reflorestamento.

#### Indexação

Obrigatoriedade, Poder Público, aquisição, madeira, exclusividade, reflorestamento.

## Informações de Tramitação

**Forma de apreciação**Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação
Prioridade

#### **Despacho atual:**

Data	Despacho
23/03/2012	Apense-se ao PL-1715/1999.
	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade

### **Documentos Anexos e Referenciados**

Avulsos

Legislação Citada

Mensagens, Ofícios e
Requerimentos (0)

Destaques (0)

Histórico de Pareceres,
Substitutivos e Votos (0)

Emendas (0)

Redação Final

### Tramitação

29/03/2012

Data <b>▼</b>	Andamento
06/03/2012	PLENÁRIO (PLEN)
06/03/2013	<ul> <li>Apresentação do Projeto de Lei n. 3339/2012, pelo Deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Federal, Estadual e Municipal comprar, direta ou indiretamente, por meio de qualquer modalidade de licitação, somente madeira de referentamento".</li> </ul>
06/03/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
	• Publicação inicial no DCD do dia 07/03/12 PAG 5545 COL 01.
23/03/2012	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
	<ul> <li>Apense-se ao PL-1715/1999.</li> <li>Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário</li> <li>Regime de Tramitação: Prioridade</li> </ul>
23/03/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
	• Publicação do despacho no DCD do dia 24/03/2012
28/03/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
	• Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

## **Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados**

# PL 3339/2012 Histórico de Despachos

Data	Despacho
23/03/2012	Apense-se ao PL-1715/1999. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade